

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Grupo terá 90 dias para analisar o texto. Dentro do governo, contudo, calcula-se que nada sairá antes de seis meses

Para Bernard Appy, novas regras poderão aumentar PIB em até 20%

O secretário Especial para a Reforma Tributária, Bernard Appy, aposta todas as suas fichas nas novas regras para os impostos no país. Appy gosta de dizer que o projeto tem potencial para gerar um aumento de 4% a 20% do PIB em um prazo de 15 anos. Em essência, a sua proposta defende a simplificação dos tributos e será executada em duas etapas: a primeira terá como foco as mudanças nas cobranças sobre o consumo. Na segunda, a ideia é alterar o Imposto de Renda e os encargos sobre salários.

Resultados manipulados no futebol mostram força dos sites de apostas

A operação "Penalidade Máxima", deflagrada pelo Ministério Público de Goiás para apurar um esquema de manipulação de resultados em três em jogos da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022, prova que os sites de apostas esportivas precisam de maior atenção das autoridades. Segundo a denúncia, um grupo criminoso aliciou jogadores para levar vantagem nas apostas. Outras armações já haviam sido apuradas anteriormente. Não é difícil imaginar as tramoias que movimentam o futebol brasileiro.

O primeiro passo para a reforma tributária

Agora vai? O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), autorizou a criação de um grupo de trabalho para debater a proposta de reforma tributária. Em pauta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), elaborada a partir de estudos feitos pelo atual secretário Especial para a Reforma Tributária, Bernard Appy. O grupo terá 90 dias para analisar o texto. Dentro do governo, contudo, calcula-se que nada sairá antes de seis meses — se a reforma ficar pronta nesse período, e for bem feita, será uma tremenda vitória da sociedade brasileira. Outra boa notícia é a aparente disposição do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em adiantar a entrega para o Congresso Nacional do projeto do novo arcabouço fiscal. Em evento promovido pelo banco BTG Pactual, Haddad assegurou que o envio do substituto do teto de gastos será realizado em março, e não mais em abril.



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

RAPIDINHAS

- » A rede americana de fast-food Subway negocia a venda de seus negócios. Segundo comunicado, a empresa contratou o banco JP Morgan para conduzir as tratativas. O curioso é que a rede teve faturamento recorde em 2022, com alta de quase 10% das receitas, considerando a métrica de mesmas lojas. São 37 mil unidades em 100 países.
- » Uma boa notícia para a cada vez mais enrolada Americanas: o Carrefour afirmou que pode analisar a compra de algumas unidades. "Temos competidores com problemas e estamos olhando o mercado, como sempre", respondeu Stéphane Maquaire, presidente do Carrefour no país, ao ser questionado durante a teleconferência de resultados.
- » A Tim vai investir R\$ 13,3 bilhões no Brasil até 2025. Segundo a empresa, o objetivo é crescer "um dígito alto em 2023 e um dígito médio ao longo de todo o período", o que seria suficiente para superar a inflação. Entre os projetos em andamento estão a ampliação da cobertura 5G e a integração de clientes e ativos comprados da Oi.
- » O esperado recorde de 150 milhões de toneladas de soja para a safra 2022/2023 está ameaçado. A seca intensa no Rio Grande do Sul já começa a comprometer os resultados em âmbito nacional. Segundo os fazendeiros locais, a falta de chuvas poderá reduzir em até 40% o potencial produtivo dos gaúchos.



A meta da inflação está errada. Por que é um dogma tão grande corrigir? Por que os economistas são tão reticentes em parar um erro? A gente colocou uma meta de inflação que não vai se materializar. Por que perseguimos um objetivo inalcançável?"

blog.mercavejbrasil



Rogério Xavier, sócio-fundador da gestora de fundos SPX Capital

Amazon lança táxis autônomos

Depois de perder dinheiro com suas lojas físicas, a Amazon busca acelerar novas frentes de negócios. Uma delas é a de veículos autônomos. Nesta semana, a Zoox, empresa que pertence à Amazon, estreou sua frota de táxis sem motoristas. Os carros, que sequer têm volantes, começaram a circular em algumas vias públicas da Califórnia, nos Estados Unidos, mas apenas em roteiros delimitados, que compreendem um circuito de 3,2 quilômetros. Se funcionar, o experimento será levado para outros lugares.

R\$ 15 bilhões por ano

é quanto o Brasil precisaria investir para impedir que o déficit de armazenagem de grãos continue a crescer, segundo cálculos da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)

» Entrevista | REGINALDO LOPES | DEPUTADO FEDERAL (PT-MG)

Coordenador do grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para acelerar a tramitação da reforma tributária diz que buscará convergência dos setores produtivos para que a proposta seja aprovada

“Reforma vai trazer investimento”

» KELLY HEKALLY
» ESPECIAL PARA O CORREIO

Nome moderado do PT, o deputado federal Reginaldo Lopes (MG) é coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, com 12 integrantes, tendo o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como relator. Formado por representantes de diversos setores, o grupo foi instituído ontem pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com a intenção de dar celeridade à matéria, prioridade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao Correio, Lopes adiantou como será a absorção das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110, que já estão avançadas no Congresso Nacional, a expectativa em torno da conciliação de interesses, o possível modelo da nova âncora fiscal e as críticas de Lula a Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

O que, de fato, o GT vai discutir?

Esse grupo tem a missão de construir pontes com os setores produtivos de modo a garantir a convergência necessária para a aprovação da reforma tributária, em especial a reforma dos impostos indiretos, com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro. A reforma vai ser muito importante para a sociedade, pois vai diminuir a judicialização do assunto, a burocracia e a sonegação. Vai permitir, inclusive, a progressividade. Aqueles

que têm menor poder econômico vão pagar menos, porque poderão receber de volta os impostos recolhidos.

O modelo pretendido pelo governo é o do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O que mais vai ser colocado no texto?

Vamos dividir a reforma em duas etapas. Primeiro, sobre consumo, e, depois, sobre renda e patrimônio. Nossa expectativa é de aprovar a parte sobre consumo no primeiro semestre, já que estamos conversando com governadores e prefeitos para obter apoio. Essa etapa vai permitir que a economia brasileira ofereça mais segurança jurídica e tributária e um ambiente melhor para novos empreendimentos.

A composição do grupo atende a todos os setores da economia brasileira?

O mais importante é que esse grupo está aberto a ouvir todos os setores para apresentar um novo texto ao plenário. É uma combinação da PEC 45 com a PEC 110. O deputado Aguinaldo Ribeiro é o relator da PEC 45. Temos a ideia de que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é um entusiasta da reforma, indique alguém para acompanhar os trabalhos do grupo, mesmo que seja só para estar próximo das negociações e da tramitação na Câmara. Isso ajudará na votação no Senado.

O GT vai usar os 90 dias previstos no ato de criação?

Ainda não temos cronograma. A intenção é, no próximo dia 28, instalar o grupo e, no

Wesley Amaral/Agência Câmara



dia 1º março, depois de fazer os diálogos iniciais, Aguinaldo apresentará um roteiro e um plano de trabalho para os próximos 90 dias.

O deputado Arthur Lira disse ontem que uma proposta radical de arcabouço fiscal terá dificuldades para avançar. Como o governo Lula está pensando esse modelo?

Hoje, depois da pandemia, há várias teorias que reafirmam a necessidade de uma

âncora fiscal que dê previsibilidade à economia, mas que tenha metas voltadas ao social e a investimentos para, cada vez mais, dar estabilidade econômica ao país, fundamental para criar ambiente de atração de investimento, interno ou externo. Acredito que vai ser positivo ter esses dois olhares. O presidente Lula sabe que qualquer social que não tem uma responsabilidade econômica sólida pode ser comprometido a médio e longo prazos.

Mas o presidente do BC, Campos Neto estaria disposto a aceitar esse modelo?

Acredito que sim. É muito difícil ter uma política monetária desassociada de uma política econômica, bem como do social. É um erro desassociar totalmente a política monetária das demais. O BC tem, no projeto de lei de sua autonomia, feito pelo governo anterior, outras funções além de controlar inflação, que, pelo terceiro ano, não vai atingir a meta. O Brasil está criando milhões de endividados. Há também

a obrigação do BC de garantir uma política de geração de emprego e renda. É evidente que o BC não está cumprindo as metas estabelecidas com sua autonomia. Do jeito que está, com mandatos de presidentes e diretores desassociados, não há sincronização com o mandato que emana do povo. Isso coloca o país numa situação vulnerável. Não se justificam as altas taxas de juros que o Brasil está praticando. Não há nenhum risco fiscal. Essa alta taxa de juros dificulta os investimentos.